



Artigo

A e-Participação como Resposta aos Vazios Institucionais: uma visão multidimensional

*The e-Participation as Response to Institutional Voids:
a multidimensional view*

*La e-Participación como Respuesta a los Vacíos
Institucionales: una mirada multidimensional*

*La e-Participation comme Réponse aux Vides
Institutionnels: une vision multidimensionnelle*

Joanna Carolo Senandes¹

¹ Graduada em Administração pela Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, Brasil. É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração e Negócios e integrante do grupo de pesquisa Sustentabilidade e Negócios de Impacto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento bibliográfico das publicações científicas sobre teoria institucional, e-Participação e vazios institucionais. O segundo passo foi relacionar a e-Participação com os vazios institucionais tendo a seguinte questão de pesquisa: se a e-Participação pode preencher os vazios institucionais e qual o seu potencial? Com o surgimento e a ampliação das plataformas eletrônicas, os coletivos/ações sociais ganharam força na sociedade promovendo inovação e participação social. Vivemos em uma rede de fluxos, a distância geográfica deixou de ser uma barreira social. Com os sistemas de trabalho e a integração social em redes, o tempo se tornou mais flexível, os lugares se tornaram singulares à medida que as pessoas circulam entre eles em um padrão cada vez mais móvel. A metodologia adotada foi a realização de pesquisas em bancos de dados *Web of Science* e Scielo. Através das análises dos artigos, foi possível identificar que a e-Participação preenche os vazios institucionais por meio de ações e coletivos culturais, sociais e políticos e possuem potencial para preencher os “vazios institucionais”.

Palavras-Chave: Vazios Institucionais; E-Participação; Teoria Institucional; Plataformas Eletrônicas; Participação Social.

Abstract

The aim of this study was to conduct a literature review of scientific publications on: institutional theory, e-Participation and “institutional voids”. The second step was to relate e- participation to “institutional voids” with the following research question: if e-participation can fill “institutional voids” and what is the potential for e-participation to fill “institutional voids”? With the emergence and expansion of electronic platforms, social collectives / actions gained strength in society promoting innovation and social participation. We live in a network of flows, geographical distance is no longer a social barrier. With work systems and social networking, time has become more flexible, places become unique as people circulate among them in an increasingly mobile pattern. The methodology adopted was database searches: Web of Science and Scielo. Through the analysis of the articles it was possible to identify that e-participation fills the entitlement gaps through cultural, social and political actions and collectives and have the potential to fill the “institutional voids”.

Keywords: Institutional Voids; E-Participation; Institutional Theory; Electronic Platforms; Social Participation.

Resumen

El objetivo de este estudio fue realizar un relevamiento bibliográfico de publicaciones científicas sobre teoría institucional, e-Participación y “vacíos institucionales”. El segundo paso fue relacionar la e-Participación con los “vacíos institucionales” con la siguiente pregunta de investigación: ¿si la e-Participación puede llenar los “vacíos institucionales” y cuál es su potencial? Con el surgimiento y expansión de las plataformas electrónicas, las acciones

colectivas / sociales cobraron fuerza en la sociedad promoviendo la innovación y la participación social. Vivimos en una red de flujos, la distancia geográfica ya no es una barrera social. Con los sistemas de trabajo y la integración social en redes, el tiempo se ha vuelto más flexible, los lugares se han vuelto únicos a medida que las personas se mueven entre ellos en un patrón cada vez más móvil. La metodología adoptada fue realizar investigaciones en las bases de datos Web of Science y Scielo. A través del análisis de los artículos, se pudo identificar que la e-Participación llena los vacíos institucionales a través de acciones y colectivos culturales, sociales y políticos y tiene el potencial de llenar los “vacíos institucionales”.

Palabras Clave: Vacíos Institucionales; E-Participación; Teoría Institucional; Plataformas Electrónicas; Participación Social.

Resumé

L'objectif de cette étude était de réaliser une pertinence bibliographique des publications scientifiques sur la théorie institutionnelle, la e-Participation et les «vacances institutionnelles». La deuxième étape consistait à relier la participation électronique aux «postes vacants institutionnels» avec la question de recherche suivante: La participation électronique peut-elle lire les «postes vacants institutionnels» et quel est leur potentiel? Avec l'émergence et l'expansion des plateformes électroniques, les actions collectives / sociales chargées dans la société favorisent l'innovation et la participation sociale. Nous vivons dans un réseau de personnes, une distance géographique et non une barrière sociale. Avec les systèmes de travail et l'intégration sociale dans les réseaux, le temps est plus flexible, les lieux sont uniques car les gens se déplacent entre eux selon un modèle de plus en plus mobile. La méthodologie adoptée était de mener des enquêtes sur la base de données Web of Science et Scielo. Grâce à l'analyse des articles, nous pouvons identifier que l'e-Participation apportera des vacances institutionnelles grâce à des actions et des collectifs culturels, sociaux et politiques et a le potentiel de créer des «postes vacants institutionnels».

Mots Clés: Postes Vacants Institutionnels; e-Participation; Théorie Institutionnelle; Plateformes Électroniques; Participation Sociale.

Introdução

O objetivo deste estudo foi discutir como a temática da e-Participação pode ser uma possibilidade de preenchimento dos “vazios institucionais” e a sua potencialidade em preenchê-los. Buscou relacionar tais abordagens teóricas com o papel dos processos de e-participação e a temática dos vazios institucionais pela lente da teoria institucional. Foi utilizada a metodologia de levantamento bibliográfico sobre os termos teoria institucional, vazios institucionais e e-Participação. A teoria institucional foi escolhida pela possibilidade de abordar a perspectiva do novo institucionalismo que sublinha a relativa autonomia das instituições políticas e a importância da ação simbólica para a compreensão da política. Dessa forma, a teoria institucional continua sendo capaz de oferecer compreensões para fenômenos sociais em diferentes épocas e contextos (Carvalho e cols., 2005).

As instituições incluem uma série de normas e regras, quando isso é fraco ou ausente ocorrem os vazios institucionais. Os vazios institucionais foram escolhidos pelo interesse em buscar teorias que expliquem fenômenos não pela ação, mas pela omissão de instituições, ou seja, quando instituições não cumprem o papel que delas se espera (Agostini e cols., 2016). Já a e-Participação emprega o diálogo mediado pela tecnologia entre os cidadãos e a esfera política (Sabo e cols., 2008) para permitir a participação pública simultânea e eficaz e feedback (Chadwick, 2003) além de introduzir novas formas de participação política (Dijk, 2000). O estudo se justifica pela importância da participação digital como resposta às demandas sociais e políticas diante dos vazios institucionais e entender as suas relações e características institucionais, para isso se estabeleceu a relação entre teoria institucional e seus pilares institucionais nos processos das instituições democráticas.

Relações entre a teoria institucional, vazios institucionais e e-participação não foram encontrados na literatura, portanto a pesquisa pretende relacionar estes temas contribuindo para compreensão do preenchimento dos vazios institucionais no contexto institucional. A pesquisa teve como objetivo analisar as instituições no contexto social presentes no ambiente digital e entender as suas relações e características visto pela perspectiva da teoria institucional.

Para atingir os objetivos propostos a estrutura do trabalho está dividida da seguinte maneira: na seção 1 encontra-se a introdução, na seção 2 aborda-se o método. Em seguida, na seção 3, aborda-se a revisão da literatura. Na seção 4, a análise dos resultados e discussões e, por fim, na seção 5 encontra-se as considerações finais, contribuições teóricas e práticas e sugestões de pesquisas futuras e limitações do presente estudo.

1. Referencial Teórico

1.1 Teoria Institucional

A teoria institucional teve o seu resgate em 1970 nas Ciências Sociais, como é enfatizada por diversos autores como DiMaggio & Powell (2012). Segundo Scott (2013), a década de 1970 foi considerada como o “novo institucionalismo” relacionada a elementos cognitivos, defendendo as ideias de Durkheim e os etnometodológica (Garfinkel, 1967; Zucker 1997). Os elementos cognitivos representam a “escolha de força” de um elemento sobre outro (Meyer, 1977).

No entanto, suas origens estão no século XIX no contexto das discussões na Alemanha sobre o uso de métodos científicos. Seus precursores institucionalistas foram os economistas Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, e sociólogos como Émile Durkheim e Max Weber. Eles acreditavam na ênfase da racionalidade, da mudança e de estudos empíricos (De Carvalho e cols., 1999).

De acordo com Carvalho e cols. (2005), a teoria institucional vem demonstrando interesse em diversas áreas como ciência política, economia e sociologia, muito relacionada com a vontade de compreender as instituições. Ou seja, a teoria institucional possui o potencial de desvendar compreensões alternativas e úteis para a concepção da realidade social. Para March & Olsen (1993), as principais teorias contemporâneas da política possuem uma orientação instrumentalista na qual o fundamental está focado na alocação de recursos, no atendimento dos interesses e na obtenção de resultados. Por outro lado, a perspectiva institucionalista destaca a importância da dimensão cultural através da valorização do campo na cena política, e do desenvolvimento da ideia de uma certa autonomia nas instituições políticas.

Segundo Chanlat (1989), a questão institucional evoluiu para três orientações: uma econômica, outra política e a última sociológica: i) Orientação econômica: o objetivo desta corrente é compreender como as instituições de mercado (capitalismo) não respondem a uma posição central; ii) Orientação sociológica: a ideia principal é que ordem social é uma construção da mente humana resultado de uma interação simbólica, este pensamento foi inspirado pelos pensadores como Schutz, Berger e Luckmann; iii) Orientação política também teve novas perspectivas. Em oposição aos projetos tradicionais na orientação política, possui novas tendências apresentando tais ideias 1) maiores instituições políticas em oposição à sociedade; 2) sistemas políticos complexos; 3) representações simbólicas do papel central do mundo político (Chanlat, 1989).

A perspectiva mais utilizada da teoria institucional ainda é a sociológica, a qual oferece elementos simbólicos-normativos e abre possibilidades para estudos empíricos, sua contribuição apresenta a dimensão do ambiente e as relações inter-organizacionais (Carvalho e cols., 2005).

Scott (2013) foi além da definição de Noth (1990) e criou os três pilares dos elementos institucionais: o regulador, o normativo e o cognitivo. Os elementos de caráter regulador operam como um sistema de normas e sistemas culturais-cognitivos, portanto, no controle direto dos colaboradores. “A versão reguladora institucional está desenhada para uma realidade organizacional mais conservadora, mais próxima ao modelo taylorista. Sob esta versão se volta à

ideia do indivíduo motivado para atender seus próprios interesses. E a perspectiva cognitiva, a terceira visão da perspectiva institucional, predominante entre o novo institucionalismo, põe em evidência os elementos cognitivos das instituições. Entre esses elementos estão segundo Scott (2013: 40) “as normas que constituem a natureza da realidade e o arcabouço através do qual os significados são construídos”.

O que o pilar cognitivo da teoria institucional propõe é que, ademais das condições objetivas, sejam valorizadas também as interpretações subjetivas das ações, somando as representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configurados de suas ações. Voltamos deste modo à questão central proposta por Weber com respeito à importância dos símbolos e significados: a dimensão subjetiva da realidade social (De Carvalho e cols., 1999).

No contexto brasileiro, a teoria institucional vem demonstrando um alto potencial de aplicação em estudos empíricos, desde da década de 80 em várias regiões do país. No entanto, tudo converge para o uso de isomorfismo (Carvalho & Goulart, 2003). Para estratégias de legitimação utilizadas pelas organizações de vários setores e, com menor ênfase, para processos de institucionalização de campos organizacionais. Isomorfismo trata da questão da homogeneidade das estruturas e das organizações o que tem aumentado o interesse pelo tema, o qual aborda o problema da procura de legitimidade e da similitude das organizações. As estruturas formais são reflexos das normas e valores das instituições, nas quais o ambiente pressiona para uma atitude isomorfista em contraponto às instituições sociais. Parte de uma perspectiva diferente do isomorfismo do modelo populacional, na qual as organizações são influenciadas por pressões e normas dos estudos e de outros mecanismos reguladores. Então, as organizações procuram adequar suas estruturas e processos para serem isomórficos parecidas ou iguais, contando com as expectativas do contexto (De Carvalho e cols., 1999).

O processo de isomorfismo pode ser desenvolvido através de mecanismos coercitivos, miméticos e normativos. A teoria institucional possui uma relação com as redes, ela ajuda a desvendar o funcionamento e a evolução da sociedade organizacional. A teoria institucional é um campo de investigação e pesquisa de estudos organizacionais (Carvalho & Goulart, 2003). A teoria institucional teve o seu resgate na década de 70, essa retomada possui um distanciamento com o velho institucionalismo que tinha uma visão centrada no indivíduo, ou seja, nos interesses individuais, já no novo institucionalismo o centro está nas ações coletivas, mas não rompeu totalmente com a visão do velho institucionalismo tendo ainda aspectos de isomorfismos.

A pesquisa visa analisar as instituições no contexto social presentes no ambiente digital e entender as suas relações, para isso se estabeleceu uma relação entre teoria institucional e seus pilares regulativo, normativo e cognitivo e a temática dos vazios institucionais. Nessa revisão, encontrou-se o termo vazios institucionais que se apoia na teoria institucional.

1.2 Vazios Institucionais

O termo “vazios institucionais” surgiu com o estudo de caso de Khanna & Palepu (1997), eles estudaram grupos de negócios emergentes no Chile de 1988 a 1996. O Chile possuía uma fraca governança, e uma inadequada divulgação dos mercados, além disso, uma falta de intermediários, por exemplo, analistas financeiros, fundos de investimentos, banqueiros, capitalistas de risco e uma imprensa financeira. Para preencher alguns destes vazios institucionais,

Khanna & Palepu (2000) enfatizaram que a falta de controle de intermediários abre possibilidades para os vazios institucionais, e que alguns destes intermediários citados podem preencher tais lacunas em mercados emergentes e imperfeitos.

As citações de Khanna & Palepu (2000), ainda são poucas e escassas, os pesquisadores citam mais os conceitos de North (1991) que possuem uma visão mais econômica, ou seja, as instituições eficientes são aquelas que resolvem conflitos e problemas e com baixo custo de transação (Schrammel, 2013).

Para Schrammel (2013) que estudou por três anos políticas públicas e gerenciamento de um cluster. Ele é um dos que citam a definição de instituição de North (1991) em que instituições determinam o desempenho e, portanto, o segredo para o sucesso é ter instituições eficientes que resolvam problemas e os custos de transação sejam baixos e flexíveis, além de as instituições serem eficientes e consigam incluir em seus negócios incentivos de criação de valor de propriedade. Usando este raciocínio, quando os custos de transações se configuram em ambiente de contextos institucionais menos eficientes, os custos são mais altos, pois não possuem restrições, regulamentação e, portanto, as instituições acabam sendo substituídas por negócios informais. No entanto, estes custos de transação acabam sendo mais altos e menos eficientes.

Os estudos de North (1991) representam os conceitos de instituições insuficientes e são a base de um conceito macroeconômico. Ricart e cols. (2004) transformou o conceito de vazios institucionais para um nível microeconômico. Ocorrem vazios institucionais quando os intermediários estão ineficientes ou ausentes. "Intermediário é um agente econômico que compra de fornecedores para revenda a compradores ou que ajuda compradores e vendedores a conhecer e negociar" (Storper, 1996:135). Portanto, intermediários seriam atores econômicos que estão lado a lado de outros atores para auxiliar nas transações. De acordo com Ricart e cols. (2004) é mais preciso intermediários como "entidades econômicas que se inserem entre um comprador em potencial e um vendedor em potencial, na tentativa de trazê-los para junto, reduzindo os custos de transação em potencial" (Ricart e cols., 2004).

Ricart e cols. (2004) apresentam três exemplos de intermediários: (1) um gerente, (2) alguém que fornece informações especializadas e (3) um intermediário que facilita a busca de parceiros comerciais. Khanna & Palepu (2000) mencionam mais duas funções de intermediários para (4) provisão de capital e (5) busca de talentos.

Mair & Marti (2009) ampliaram o conceito de North (1991) analisando o mercado como uma estrutura de um sistema social especializado que necessita de regras para o funcionamento das instituições e organizações. Principalmente, nos países em desenvolvimento com altas taxas de pobreza e desigualdades, os mercados nestes países apresentam-se ausentes ou fracos. Para tais autores quem deveria suprir as demandas da sociedade é o Estado ou então a iniciativa privada. No entanto, a iniciativa privada está interessada na geração de valor, depois que os negócios e as instituições não geram mais valor ou lucro, a iniciativa privada abandona tais instituições. Para os autores, os vazios institucionais estão relacionados a mercados emergentes e imperfeitos, contudo isso não impossibilita que em economias desenvolvidas haja vazios institucionais. Porque vazios institucionais representam variações na eficácia das instituições. De acordo com Puffer e cols. (2010), que estudaram mercados emergentes na Rússia, é necessária uma agenda de pesquisa para entender os motivos de falhas institucionais tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.

Mair & Marti (2009) questionam-se o que acontece se o Estado que é provedor de garantia o funcionamento e o desenvolvimento estão imersos em corrupção? Mesmo em governos corruptos é o Estado o responsável por prover estas instituições. Acaba que alguns atores entram em cena

tentando com suas iniciativas reunir-se e preencher estes vazios institucionais. Uma dessas tentativas pode ser a participação eletrônica na política. O tema sobre e-Participação será visto com mais aprofundamento na próxima seção.

1.3 e-Participação

A e-Participação eletrônica diz respeito aos processos democráticos mediados pela tecnologia da informação e comunicação, especificamente a internet. Seu objetivo é promover o desenvolvimento tecnológico, a fim de garantir a justiça social e governos eficientes (Sabo e cols., 2008). Porwol e cols. (2016) apresentaram uma ontologia acadêmica de participação eletrônica. Os resultados dessa ontologia reforçam que e-participação é um processo democrático, de iniciativas e de um sistema sociotécnico.

O termo e-Participação é um conceito formado por dois elementos: “e” e “participação”. Participação representa o sentido de participar, incluir-se em uma discussão ou, pode ser entendida no sentido de assumir, cumprir um papel, na tomada de decisão (presente na teoria da administração, economia e política). A participação envolve debates e discussões tendo muitas finalidades, por exemplo, se relaciona com temas como gestão participativa, economia participativa, participação comunitária, ação participativa e e-Participação. Apesar desses usos, a participação está sempre associada com alguma forma de deliberação política ou com alguma tomada de decisão. Ou seja, a participação possui duas dimensões, uma que pode ocorrer dentro do processo formal, exemplo disso é a votação e, outra que acontece fora, por exemplo, o ativismo político (Sæbø e cols.,2011).

O significado “e” na e-Participação possui relação com as disciplinas “e” de “e” *Business*, governo eletrônico e situa ao uso de novas tecnologias tanto de informação como de comunicação especificamente a Internet, com aplicação do uso da tecnologia e promove a capacidade de transformar ou mudar o processo de envolvimento do cidadão nos processos de deliberação e tomada de decisão (Sæbø e cols.,2011). A e-Participação é um conceito difícil de definir e desafiador. Por ela abranger diferentes disciplinas em um ambiente social e político, o conceito tornou-se complexo. Os desafios do campo de e-Participação englobam, a amplitude do campo de pesquisa, projeto de pesquisa, design de tecnologia, resistência institucional, equidade e teoria. A e-Participação é um campo de estudo híbrido o que torna a pesquisa mais desafiadora como observados por Porwol e cols. (2016).

Para Porwol e cols. (2016), a literatura de e-Participação é fragmentada e pouco conclusiva. Portanto, eles apresentam uma ontologia (conceito filosófico e metafísico que trata sobre natureza, realidade e existência dos seres) de participação eletrônica ampla e formal podendo ser apresentada para prover ações de iniciativas de participação eletrônica ou, então, com o objetivo de melhorar a comunicação e a troca de informações.

A Figura 1 representa uma estrutura conceitual, na qual explica o espaço ontológico da participação e da estrutura integrada para a participação eletrônica. Para Yates e cols. (2002), a Figura 1 especifica três perspectivas diferentes sobre a natureza da participação eletrônica. A perspectiva democrática, a perspectiva do projeto e a perspectiva da plataforma. Pepper (1957) identificou quatro diferentes visões adequadas do mundo: mecanismo, formulário, organismo e contextualismo. As visões de Peper (1957) especificam os objetivos da e-Participação:

organicismo que é a descrição de diversas entidades incluídas na realização de metas específicas da participação eletrônica, já as formas apresenta diferentes funções, processos e sistemas para criar resultados necessários para a participação eletrônica, a Figura 1 apresenta o espaço ontológico da participação eletrônica.



Figura 1 - Espaço ontológico da participação eletrônica
Fonte: Sæbø e cols. (2011).

O orçamento participativo (OP) pode ser considerado um exemplo de participação pública, pois permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre orçamentos públicos. O OP inclui assembleias abertas, periódicas e etapas de negociação direta entre o cidadão e o governo. Uma experiência que tem influenciado governos é a da cidade de Porto Alegre/ RS que fixaram no seu processo a elaboração de orçamento e de planejamento com a participação dos cidadãos. Exemplos de OP digital é da cidade de Belo Horizonte (BH), em 1993 a cidade implantou o OP, e em 2006 lançou o OP digital, com o objetivo de utilizar a internet para aproximar o cidadão que não participava da OP no formato presencial. O OP Digital representa uma alternativa que permite a votação on-line tanto de obras públicas, quanto foi adotado em 2008 e 2011, pela cidade de Belo Horizonte (Bergelt, 2012).

Algumas Iniciativas internacionais foram encontradas de participação online pelo mundo, vale ressaltar, o caso da Alemanha que é interessante por aproximar o público jovem de projetos políticos. Assim, surgiu a plataforma *jugend.beteiligen.jetzt*, que proporciona a aquisição de conhecimentos e qualificações nos projetos da cidade. Três exemplos, incluídos nesta plataforma, são: Em Nuremberg, os jovens participam do projeto "*laut!*", para demonstrar seus interesses, nas questões da cidade como projetos para áreas mais verdes, passagens para os alunos e alunas e melhores condições para as atividades do esporte. Isso possibilita a esses jovens exporem suas ideias na mídia social e em eventos, discutir com o perfeito ou então realizar projetos próprios que podem ser financiados. Os jovens podem se informar e mostrar seus próprios vídeos em dois canais digitais. Esse projeto também está presente em duas mídias sociais oferecendo respostas às perguntas solicitadas (Deutschland, 2021).

Participação entende-se como um conceito amplo podendo ser cultural, social ou política. A internet, assim como as redes interligadas realizam ações/coletivos culturais, sociais e políticos

(Luvizotto, 2016). O empreendedorismo social, as Mídias alternativas (*The Intercept Brasil* e *Mídia Ninja*) e pelo ativismo social são exemplos de participação que utiliza a internet e seu poder de alcance para os indivíduos (Luvizotto, 2016). E existem os coletivos culturais, por exemplo, a CUFA (Central Única das Favelas) e Gerando Falcões em que a ideia inicial era dar voz aos negros das favelas que eram invisíveis para a sociedade. Atualmente a CUFA concentra-se em ações sociais na área de educação, do *grafite*, *rap* e *hip hop*, entre outras ações sociais (Ladriere, 1979). Segundo Castells (2009), a flexibilidade é um dos traços da sociedade em redes e sua emergência pela comunicação coletiva pressupõe a capacidade de reorganização do próprio sistema em redes.

as pessoas deslocam-se entre parques, shopping centers, estádios, escolas, locais de trabalho com uma mobilidade crescente, devido a flexibilidade conquistada pelos sistemas de trabalho e a integração social em redes: como o tempo fica mais flexível, os lugares tornam-se mais singulares à medida que as pessoas circulam entre eles num padrão cada vez mais móvel (Castells, 2009: 487).

Para Luvizotto (2016), as gerações atuais exercem bastante influência por meio da internet. A grande articulação dos coletivos e ações sociais deu-se pela *Web 2.0* graças ao seu poder de articulação, apoio e reflexão das vontades políticas e sociais. A internet e as mídias sociais como estruturas de comunicação modificaram-se, elas não são mais unilaterais, agora elas são participativas democráticas.

Para Mansbridge (2009), o conceito de ativista refere-se aos que participam da vida pública como um todo e não só em momentos eleitorais. Exemplo de ativismo é o da jovem sueca Greta Trunberg que cobra ações concretas do governo contra a crise climática, Greta começou protestando toda semana sozinha na frente do parlamento sueco. Ela conquistou o mundo com seu ato solitário que foi apoiado pelas redes sociais e seguido pelo mundo sob o nome de *Frydays for Future*. A tecnologia da informação foi aperfeiçoada democratizando o acesso à internet. A informação não se concentra mais na mídia de massa e, sim na necessidade de conteúdo, seleção e comunicação com o usuário. Alguns exemplos são ONGs, ações/coletivos sociais e ativistas que possuem a capacidade de propagar ideias, disponibilizando informação para indivíduos à sua maneira. Exemplos: agências de notícias alternativas e independentes que foram criadas para contestar a imprensa tradicional, exemplos desse tipo de mídia são: *Mídia Ninja* e *The Intercept Brasil* e vários blogs e *websites* mais democráticos, incentivando a participação e discussão dos cidadãos (Luvizotto, 2016).

Para Machado (2017), o acesso à internet, estando associado ao direito de liberdade de expressão e de comunicação, é visto como fundamental para o exercício de outros direitos de cidadania, como o acesso à serviços públicos, à dados governamentais, à fluência cultural e à participação social e política.

Diferentes atores sociais em diferentes iniciativas podem preencher os vazios institucionais como coletivos culturais, sociais e políticos. É necessário, portanto, compreender como são as relações entre os múltiplos atores. Buscou-se apoio na teoria institucional para compreender as características destas instituições em ambientes digitais e suas iniciativas de participação, as quais podem ser analisadas pelos três pilares institucionais: cognitivo, regulativo e normativo.

3. Procedimentos Metodológicos

A fim de desenvolver uma estrutura para investigar a e-Participação como instrumento para superar os vazios institucionais, é apresentada uma revisão da literatura com as palavras teoria institucional, “vazios institucionais” e e-Participação. Para analisar esses problemas, iniciei identificando as palavras-chaves. Selecionei as palavras-chaves de acordo com a área de estudo, “teoria institucional”, “e-Participação” e “vazios institucionais”. O segundo passo foi procurar artigos em banco de dados internacionais e nacionais. O banco internacional utilizado foi *Web of Science* (WoS) a justificativa por esse banco é que ele é o maior buscador do mundo e produzido pelo *Institute Scientific Information* (ISI) e o banco nacional *Scielo* que é o maior buscador da América Latina. O Quadro 1 apresenta o nome dos periódicos pesquisados.

Quadro 1 – Base de dados utilizada na pesquisa

Base de dados	Web of Science Scielo	Web of Science Scielo	Web of Science Scielo
Data da pesquisa	02/2/2019	02/12/2019	02/02/12
Palavra-chave	Teoria institucional	Vazios institucionais	e-Participação
Resultado não refinado	755 documentos	350 documentos	255 documentos
Período	1999/2019	1990/2019	2007/2019
Pesquisar domínio	"Ciências Sociais"	"Ciências Sociais"	"Ciências Sociais"
Áreas de atuação	Economia e negócios	Economia e negócios	Economia e negócios
Tipo de documento	Artigos	Artigos	Artigos
Idioma	Inglês e Português	Inglês e Português	Inglês e Português
Artigos selecionados	68 documentos	53 documentos	30 artigos
Artigos analisados inteiramente	11 documentos (citados pelo menos 4 vezes)	08 documentos (citados pelo menos 4 vezes)	10 documentos (citados pelo menos 4 vezes)
Revistas	Revista Adm. Mackenzie; Academy of Management Journal; Journal of Economic Perspectives; Revista de Administração Pública, RAP (2003); Revista de Administração Pública, RAP (2005); American Sociological Review; Sage Review; Entrepreneurship Theory and Practice; Sociologie du Travail; American Journal of Sociology Revista Crítica de Ciências Sociais	Revista Adm. Mackenzie; Journal of Business Venturing; Journal of Economic Perspectives; Management Review; Management and Public Policy; Revista Comunicação e Sociedade; Entrepreneurship Theory and Practice; American Journal of Sociology Revista Crítica de Ciências Sociais	The University of Chicago Press; Matrizes; Revista de Sociologia e Política; The University of Chicago Press; Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia; Revista Comunicação e Sociedade Science Direct; Government information quarterly, Journal of international business studies Constellations. Acedemia.edu

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A pesquisa foi realizada em dezembro de 2019, sendo refinada da seguinte forma palavras-chaves teoria institucional, “e-Participação” e “vazios institucionais”; em mais um refinamento

nas categorias *Web of Science* (WoS), optei pelo domínio de pesquisa “ciências sociais” na área de “governo e sociedade” porque este artigo visa contribuir para o campo de “governabilidade e sociedade”; optei por estudos do período de 1999 a 2019; outra opção para refinar os trabalhos foi o idioma optei pelo: Inglês e português.

As informações referentes às pesquisas realizadas estão apresentadas no Quadro 1, bem como o seu refinamento. Devido à quantidade de artigos, o critério para classificá-los foi o maior número de citações. Esse critério foi utilizado para a escolha dos artigos analisados na íntegra: os artigos mais citados foram analisados em: 3-participação e 3 vazios institucionais. Após a seleção dos textos, a autora fez uma leitura crítica identificando os termos de cada temática dos artigos selecionados a revisão da literatura foi iniciada. Com base nessas referências, foi possível fazer uma revisão dos principais conceitos e questões de pesquisa.

4. Análise de Resultados

Este artigo observou o desenvolvimento de um referencial teórico para abranger a teoria institucional, e-Participação e vazios institucionais baseados na revisão da literatura. Primeiramente, os periódicos que contêm os artigos analisados foram distribuídos de acordo com a base de dados da qual cada um foi extraído. Evidencia-se que as bases *Web of Science* e *Scielo* apresentam ao todo 68 artigos selecionados e 11 artigos analisados inteiramente abordando a Teoria institucional. Os vazios institucionais apresentaram ao todo 53 artigos e 8 artigos analisados inteiramente e e-Participação 30 artigos sendo 10 analisados inteiramente. As razões para um número maior sobre a temática da teoria institucional são decorrentes do alto número de artigos na área de administração veiculados pela *Web of Science* e *Scielo*.

O segundo aspecto analisado diz respeito à abordagem das temáticas de teoria Institucional, vazios institucionais e e-Participação utilizadas nos estudos que compõem a pesquisa. Na abordagem, da teoria institucional, os artigos foram divididos entre aqueles que fazem uso apenas do velho institucionalismo, somente do chamado neo institucionalismo, ou de ambas as abordagens. Já na abordagem dos vazios institucionais, os artigos foram divididos entre aqueles que possuem uma perspectiva econômica, outra perspectiva social ou ambas as abordagens. E por fim a abordagem da e-Participação foi dividida sobre a perspectiva da participação eletrônica por meio de plataformas, projetos e processos.

4.1 Discussão dos Resultados

Pelo menor número de publicações, a e-participação representa um tema mais emergente que vazios institucionais e teoria institucional na literatura. Estudos sobre e-Participação precisam desenvolver um campo teórico mais robusto e conclusivo já que os vazios institucionais precisam

avancar na identificação de novas teorias. A e-participação pode preencher os “vazios institucionais”, no entanto, seriam necessárias mais pesquisas interdisciplinares relacionando os dois temas, para expandir e promover *insights* para este campo de estudo.

A pesquisa no campo da e-Participação ainda é segmentada e esparsa. Seria relevante os pesquisadores adotarem um único ponto de vista sobre o assunto, para evitar confusão com a ampla gama de disciplinas que estudam o mesmo tema. Primeiro passo é aceitar a ampla gama de disciplinas e procedimentos metodológicos, admitindo que a pesquisa interdisciplinar é desafiante. Entretanto, os conflitos com essa integração de disciplinas levam a melhores resultados para a ciência do que pesquisa com disciplinas isoladas (Macintosh e cols., 2009). Mair & Marti (2009) acreditam que a área sobre estudos de “vazios institucionais” possui potencial para realização de pesquisas futuras, os autores buscam por meio de seus artigos trazer um novo ator para o desenvolvimento do campo de pesquisa: o empreendedor social e suas interações entre micro e macro instituições.

Na teoria institucional foi constatado que ocorreram dois ápices da difusão inovadoras da teoria institucional nos anos de 1999 e 2009. A expectativa é que o ritmo de pesquisas sobre a teoria institucional continue em crescimento. O foco dos artigos selecionados vem sendo na área de finanças e na área de tecnologia da informação. Todavia, a teoria institucional continua sendo utilizada em temas abordados em períodos como relações interorganizacionais, cultura organizacional e estratégias organizacionais (Russo e cols., 2012). Os artigos analisados denotam que o contexto de vazios institucionais influenciou diferentes atores para iniciativas de coletivos culturais, sociais e políticos. O Quadro 2 apresenta as ações e iniciativas dos coletivos culturais, sociais e políticos.

Quadro 2 – Ações e coletivos culturais, sociais e políticos

Categoria	Significado	Autores	Fonte
Ações/Coletivos/Culturais	CUFA (Central Únicas das Favelas) e Gerando <i>Falcões</i> com atividades de <i>Grafite; Rap; Hip hop</i> , cinema dentre outras divulgando e engajando as pessoas através das mídias e plataformas digitais.	Ladriere, 1979 Junior & Poli, 2019	Ladriere (1979) Junior & Poli (2019)
Ações/ Coletivos Sociais	Empreendedorismo social; Ativismo social (Greta Trunberg); Mídias alternativas (Mídia Ninja, <i>The Intercept Brasil</i>) divulgando e engajando as pessoas através das mídias e plataformas digitais.	Luvizotto, 2016	Luvizotto (2016)
Ações/ Coletivos Políticos	Participação em assembleia via internet; Participação em discussões de negócios públicos; Orçamentos participativos (OP) digitais; divulgando e engajando as pessoas através das plataformas digitais.	Bwkkers, 2004; Best & Krueger, 2005; Curwell e cols., 2005	Bwkkers (2004); Best & Krueger (2005); Curwell e cols. (2005)

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Os vazios institucionais ocorrem em diferentes contextos sociais e são influenciados por sistema político, financeiro, econômico, de educação/trabalho e cultural. Diante das ações e coletivos culturais os atores se mobilizam através da música, de intervenções artísticas como o grafite e ações a CUFA

promove atividades nas áreas da educação, lazer, esporte, cultura e cidadania, como *grafite, DJ, break, rap*, audiovisual, basquete de rua, literatura, entre outros projetos sociais, utilizando as mídias sociais para divulgar suas iniciativas e debater e mobilizar os jovens. Em relação às ações sociais, um dos exemplos é o da jovem sueca Greta Trunberg que cobra ações e exige ações concretas do governo contra a crise climática. E as mídias alternativas como (*The Intercept Brasil* e *Mídia Ninja*) são exemplos de participação que utilizam a internet para atingir e mobilizar os indivíduos (Luvizotto, 2016).

O orçamento participativo (OP) é um exemplo de participação pública porque permite aos cidadãos se envolverem nas decisões sobre orçamentos públicos. A cidade de Belo Horizonte (BH), em 2006 lançou o OP digital, com o objetivo de utilizar a internet para aproximar o cidadão da política. O OP Digital representa uma alternativa que permite a votação on-line tanto de obras públicas como de (Bergelt, 2012). Algumas Iniciativas internacionais foram encontradas de participação online pelo mundo, como o caso da Alemanha o governo alemão tem como objetivo aproximar o público jovem de projetos políticos. Assim, surgiu a plataforma *jugend.beteiligen.jetzt*, que proporciona a aquisição de conhecimentos e qualificações nos projetos da cidade. Exemplo, incluído nesta plataforma: Em Nuremberg, os jovens participam do projeto "*laut!*", para demonstrar seus interesses, nas questões da cidade como projetos para áreas mais verdes, passagens para os alunos e alunas e melhores condições para as atividades do esporte. Isso possibilita a esses jovens exporem suas ideias na mídia social e em eventos, além de discutir com o perfeito ou então realizar projetos próprios que podem ser financiados. Os jovens podem se informar e mostrar seus próprios vídeos em canais digitais (Deutschland, 2021).

Para relacionar a e-participação com a teoria institucional, a autora analisou as iniciativas de participação política em plataformas online e as características das instituições baseadas nos pilares cognitivo, regulativo e normativo, proposto por Scott (1995). Dentro desse conceito foi possível analisar o contexto e as relações que as instituições de plataformas online operam, ou seja, elas operam pelo pilar cognitivo da teoria institucional, através de ações culturais com forte ênfase nas mídias sociais e da participação política por meio de plataformas on-line. Dessa forma, o pilar cognitivo propõe a valorização das interpretações subjetivas das ações, além das representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configurados de suas ações. Ou seja, quando o foco são os elementos cognitivos, isso significa a valorização, na teoria institucional, da representação que os indivíduos fazem dos ambientes configuradores de suas ações, incluindo as interpretações subjetivas que fazem (Carvalho & Vieira, 2003). Sob o ângulo do pilar cognitivo são os significados atribuídos pelos indivíduos a realidade em que se acham inseridos que conformam seu contexto institucional de referência, em outras palavras os significados atribuídos pelos indivíduos definem as estruturas e orientam as ações organizacionais.

Dessa forma, a interpretação dos elementos institucionais é mediada por indivíduos, grupos e organizações que selecionam aqueles que mais se coadunam com sua lógica interior (Machado da Silva & Fonseca, 1996). A cognição como base para a legitimidade está, portanto, relacionada à definição da situação comum em que se acham os atores sociais e/ou à adoção de um quadro de referência que orienta a ação organizacional (Scott, 1995).

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar o conceito e-participação como possibilidade de preenchimento dos vazios institucionais envolvendo a teoria institucional pela perspectiva do novo institucionalismo. Os vazios institucionais ocorrem quando acontecem falhas ou o estado é ausente. Esses vazios podem ser preenchidos por diferentes atores que se mobilizam para atender essas demandas utilizando as mídias e plataformas online para participarem de decisões políticas e engajar indivíduos.

Os principais resultados evidenciaram que as iniciativas de e-participação possuem potencial para preenchimento dos vazios institucionais. Tal preenchimento pode ocorrer de diversas maneiras, em um ambiente com mais atores envolvidos. As instituições analisadas se caracterizam por possuírem uma relativa autonomia política, os indivíduos que participam das iniciativas dessas instituições se desenvolvem através da música, da dança, de plataformas e mídias digitais como o orçamento participativo digital (OP) que representa uma alternativa que permite a votação on-line e decisões políticas. O OP Digital representa uma alternativa que permite a votação online de pautas sobre a cidade (Bergelt, 2012). Algumas Iniciativas internacionais foram encontradas de participação online pelo mundo, como o caso da Alemanha o governo alemão tem como objetivo aproximar o público jovem de projetos políticos. O governo criou plataformas para aproximar os jovens da política, nessas plataformas os jovens podem decidir e opinar sobre os rumos da cidade, além de solicitarem perguntas que são respondidas pelas autoridades responsáveis através de plataformas e mídias sociais. As iniciativas

O artigo auxilia no avanço para o campo da teoria institucional porque demonstra que a e-Participação por meio de ações conjuntas com movimentos sociais possui potencial para o preenchimento dos “vazios institucionais”. Seria relevante a criação de políticas públicas e parcerias com o setor público e a iniciativa privada. O artigo também apresenta uma reflexão acerca da perspectiva institucional e suas raízes ontológicas que deram origem à teoria institucional. Os objetivos de se abordar a teoria institucional foram reforçar a teoria por meio da conceituação teórica e refletir e compreender sobre suas particularidades institucionais e sociais no contexto brasileiro integrando com a temática da e-participação.

Em 1993 implantou o OP, e em 2006 lançou o OP digital, com o objetivo de utilizar a internet para aproximar o cidadão que não participava da OP no formato presencial. O OP Digital representa uma alternativa que permite a votação on-line tanto de obras públicas como de (Bergelt, 2012). Algumas Iniciativas internacionais foram encontradas de participação online pelo mundo, como o caso da Alemanha o governo alemão tem como objetivo aproximar o público jovem de projetos políticos. Assim, surgiu a plataforma *jugend.beteiligen.jetzt*, que proporciona a aquisição de conhecimentos e qualificações nos projetos da cidade. Exemplo, incluído nesta plataforma: Em Nuremberg, os jovens participam do projeto *"laut!"*, para demonstrar seus interesses, nas questões da cidade como projetos para áreas mais verdes, passagens para os alunos e alunas e melhores condições para as atividades do esporte. Isso possibilita a esses jovens exporem suas ideias na mídia social e em eventos, além de discutir com o perfeito ou então realizar projetos próprios que podem ser financiados. Os jovens podem se informar e mostrar seus próprios vídeos em canais digitais.

Para relacionar a e-participação com a teoria institucional, a autora analisou as iniciativas de participação política em plataformas online e as características das instituições baseadas nos pilares cognitivo, regulativo e normativo, proposto por Scott (1995). Dentro desse conceito foi possível

analisar o contexto e as relações que as instituições de plataformas online operam, ou seja, elas operam pelo pilar cognitivo da teoria institucional, através de ações culturais com forte ênfase nas mídias sociais e da participação política por meio de plataformas on-line.

Dessa forma, o pilar cognitivo propõe a valorização das interpretações subjetivas das ações, além das representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configurados de suas ações. Ou seja, quando o foco são os elementos cognitivos, isso significa a valorização, na teoria institucional, da representação que os indivíduos fazem dos ambientes configuradores de suas ações, incluindo as interpretações subjetivas que fazem (Carvalho & Vieira, 2003).

Sob o ângulo do pilar cognitivo são os significados atribuídos pelos indivíduos a realidade em que se acham inseridos que conformam seu contexto institucional de referência, em outras palavras os significados atribuídos pelos indivíduos definem as estruturas e orientam as ações organizacionais. Dessa forma, a interpretação dos elementos institucionais é mediada por indivíduos, grupos e organizações que selecionam aqueles que mais se coadunam com sua lógica interior (Machado da Silva & Fonseca, 1996). A cognição como base para a legitimidade está, portanto, relacionada à definição da situação comum em que se acham os atores sociais e/ou à adoção de um quadro de referência que orienta a ação organizacional (Scott, 1995).

Referências Bibliográficas

- Agostini, Manuela R., Vieira, Luciana., & Bossle, Marília B. (2016). Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 72-101. Acessado em 9 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p72-101>
- Bekkers, René. (2004). *Giving and volunteering in the Netherlands: Sociological and psychological perspectives*. Utrecht University. Acessado em 6 de Março de 2020, de: https://renebekkers.files.wordpress.com/2011/08/bekkers_phd_dissertation_04.pdf
- Bergelt, Juliano. B. (2012). Orçamento participativo: uma análise sobre a importância do orçamento público e as consequências para a gestão estatal do aumento da participação popular nos processos orçamentários. Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. Acessado em 6 de Março de 2020, de: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71476>
- Best, Samuel J., & Krueger, Brian S. (2005). Analyzing the representativeness of Internet political participation. *Political Behavior*, 27(2), 183-216. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-005-3242-y>
- Buchstein, Hubertus. (1997). Bytes that bite: The Internet and deliberative democracy. *Constellations*, 4(2), 248-263. Acessado em 1 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00052>
- Bucy, Erik P., & Gregson, Kinberly. S. (2001). Media participation: A legitimizing mechanism of mass democracy. *New media & society*, 3(3), 357-380. Acessado em 1 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1177/14614440122226137>
- Carvalho, Cristina., & Goulart, Sueli. (2003). Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. *Revista de Administração Pública*, 37(4), 921-938. Acessado em 1 de Março de 2020, de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6507>
- Carvalho, Cristina., Vieira, Marcelo., & Goulart, Sueli. (2005). A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de administração pública*, 39(4), 849-874. Acessado em 1 de Março de 2020, de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6790>
- Carvalho, Cristina., Vieira, Marcelo., & Lopes, Fernando Dias. (1999). Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. *Anais da ANPAD*, 23, 1-15. . Foz do Iguaçu. Acessado em 12 de Março de 2020, de: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-org-26.pdf>
- Castells, Manuel. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*, 17-30. Acessado em 12 de Março de 2020, de: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>
- Chanlat, Jean-François. (1989). L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). *Sociologie du travail*, 31(3), 381-400. Acessado em 12 de Março de 2020, de: https://www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1989_num_31_3_2473
- Coleman, Stephen. (2012). Making the e-citizen: A socio-technical approach to democracy. Em Stephen Coleman., & Peter Shne. (Ed). *Connecting democracy: Online consultation and the flow of political communication*, 379-394. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9006.003.0022>
- Curwell, Steve., Deakin, Mark., Cooper, Ian., Paskaleva-Shapira, Krassimira., Ravetz, Joe., & Babicki, Dominica. (2005). Citizens' expectations of information cities: implications for urban

- planning and design. *Building Research & Information*, 33(1), 55-66. Acessado em 12 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1080/0961321042000329422>
- Deutschland. (2020, 05 de Março). *Homepage da instituição*. Acesso em 22 de abril de 2020, de <https://www.deutschland.de/pt-br/topic/vida/a-participacao-dos-jovens-na-sociedade-digital>
- Gomes, Wilson. (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, 12(27), 58-78. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.27.3323>
- Habermas, Jürgen., & Benhabib, Seyla. (1996). *Three normative models of democracy* (pp. 21-30). Cambridge: MIT Press.
- Hayes, Steve C., Hayes, Linda J., & Reese, Hayne W. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's *World Hypotheses: A Study in Evidence*. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 50(1), 97-111. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97>
- Junior, João Roque., & Poli, Karina. (2019). O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama. *Revista Extraprensa*, 13(1), 292-305. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.164988>
- Khanna, Tarun., & Palepu, Krishna. (2000). The future of business groups in emerging markets: Long-run evidence from Chile. *Academy of Management journal*, 43(3), 268-285. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.2307/1556395>
- Ladriere, Jean. (1979). *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*. Petrópolis: Vozes.
- Luvizotto, Caroline K. (2015). A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital, The dissemination of tradition and the preservation of collective memory in the digital age. *Liinc em Revista*, 11(1), 14-27. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <http://10.18617/liinc.v11i1.781>
- Luvizotto, Caroline K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297-312. Acessado em 20 de Março de 2020, de: [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2499](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2499)
- Machado, Jorge. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 18, 248-285. Acessado em 22 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>
- Machado, Jorge. (2017). O Modelo de Expansão da Banda Larga no Brasil: uma análise de políticas de infraestrutura e de gestão do espectro para a universalização do acesso à Internet. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 7(2), 199-219. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/155964>
- Mair, Johanna., & Marti, Ignasi. (2009). Entrepreneurship in and around institutional voids: A case study from Bangladesh. *Journal of business venturing*, 24(5), 419-435. Acessado em 25 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.04.006>
- Mansbridge, Jane. (2009). A “selection model” of political representation. *Journal of Political Philosophy*, 17(4), 369-398. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2009.00337.x>
- March, James G., & Olsen, Johan P. (2008). Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, 16(31), 121-142. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010>
- Mendonça, Ricardo F., Pereira, Marcus A., & Filgueiras, Fernando. (Eds.). (2016). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Editora UFMG.

- Meyer, John W. (1977). The effects of education as an institution. *American journal of Sociology*, 83(1), 55-77. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <http://www.jstor.org/stable/2777763>
- North, Douglass C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge university press.
- Parker, De Witt H. (1942). World Hypotheses. A Study in Evidence. *The Journal of Philosophy*, 39(19), 527-530. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.2307/2017382>
- Peruzzo, Cecília M. K. (2000). Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comunicação e Sociedade*, 2, 651-668
- Porwol, Lukasz., Ojo, Adegboyega., & Breslin, John G. (2016). An ontology for next generation e-Participation initiatives. *Government Information Quarterly*, 33(3), 583-594. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.01.007>
- Powell, Walter W., & DiMaggio, Paul J. (Eds.). (2012). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago press.
- Puffer, Sheila., McCarthy, Daniel., & Boisot, Max. (2010). Entrepreneurship in Russia and China: The impact of formal institutional voids. *Entrepreneurship theory and practice*, 34(3), 441-467. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2009.00353.x>
- Scott, W. Richard. (2013). *Institutions and organizations: Ideas, interests, and identities*. Sage publications.
- Valente, Carlos., & Neto, João A. M. (2007). *Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec Editora.
- Youssef, Antonio N., & Fernandez, Vicente P. (1988). *Informática e sociedade*. São Paulo: Ática.
- Wilhelm, Anthony G. (2000). *Democracy in the digital age: Challenges to political life in cyberspace*. Londres: Psychology Press.
- Ricart, Joan E., Enright, Michael J., Ghemawat, Pankaj., Hart, Stuart L., & Khanna, Tarun. (2004). New frontiers in international strategy. *Journal of International Business Studies*, 35(3), 175-200. Acessado em 20 de Março de 2020, de: https://econpapers.repec.org/article/palijntbs/v_3a35_3ay_3a2004_3ai_3a3_3ap_3a175-200.htm
- Sæbø, Øystein., Flak, Leif Skiftenes., & Sein, Maung K. (2011). Understanding the dynamics in e-Participation initiatives: Looking through the genre and stakeholder lenses. *Government Information Quarterly*, 28(3), 416-425. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.10.005>
- Santos, Boaventura. (1971). Subjetividade, Cidadania e Emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (32), 135. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20-%20Subjectividade.%20Cidadania%20e%20Emancipacao.pdf>
- Schrammel, Tine. (2013). Bridging the institutional void: An analytical concept to develop valuable cluster services. *Management revue*, 114-132. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://www.jstor.org/stable/23610637>
- Yates, Joanne., & Orlikowski, Wanda. (2002). Genre systems: Structuring interaction through communicative norms. *The Journal of Business Communication* (1973), 39(1), 13-35. Acessado em 20 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1177/002194360203900102>
- Van Dijk, Teun A. (2006). Discourse and manipulation. *Discourse & society*, 17(3), 359-383.

Recebido em 12/04/2020.

Revisado em 30/06/20.

Aceito 08/09/2020.